



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **2 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 6 de janeiro de 2013

O ESTADO DE SÃO PAULO

Defesa comercial protege empresas monopolistas e onera indústria..... 1  
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Maquiagem de R\$ 200 bi garantiu meta do governo..... 3  
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Defesa comercial protege empresas monopolistas e onera indústria</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Levantamento do "Estado" mostra que 73% das sobretaxas antidumping incidem sobre produtos que têm até três fabricantes no País**

**Raquel Landim**

O ativismo do governo Dilma na política comercial pode se tomar um tiro no pé. Levantamento feito pelo "Estado" aponta que 73% das sobretaxas de **importação** em vigor hoje incidem sobre produtos que possuem, no máximo, três fabricantes no País. Em mais da metade dos casos (57%), a defesa comercial brasileira protege empresas monopolistas.

A situação se torna mais grave por causa da natureza dos produtos protegidos. A maioria é de partes, peças e insumos para a **produção Distrito Industrial**. Para especialistas, as medidas de defesa comercial perpetuam reajustes de preços e elevam os custos das cadeias produtivas, prejudicando a competitividade da indústria, em vez de incrementá-la.

Um estudo publicado pelo Centro de Estudos de Integração e **Desenvolvimento** (Cindes) mostrou que 88% das medidas antidumping aplicadas pelo País desde 2008, quando estourou a crise global, até outubro de 2012, incidiram sobre bens intermediários, como químicos, siderúrgicos, plásticos e tecidos.

"Para proteger algumas poucas empresas, o governo prejudica várias outras. Se a companhia protegida opera em um setor concentrado, sua capacidade de elevar preço é ainda maior", diz Sandra Rios, diretora do Cindes.

Segundo nota enviada pelo Ministério do **Desenvolvimento**, "82,3% das **importações** brasileiras são insumos de **produção**, logo é normal e razoável que uma maior quantidade de medidas de defesa comercial se aplique a essa categoria". O **Ministério** diz ainda que "os setores petroquímico e siderúrgico respondem por 50% das medidas antidumping aplicadas no mundo".

A Vicunha Têxtil, por exemplo, conseguiu tarifas antidumping para fios e fibras de viscose produzidos na China, Índia, Indonésia, Tailândia, Taiwan e Áustria. A empresa é a única fabricante de fibras de viscose do **Brasil** e divide com outras duas empresas a **produção** dos fios. Os produtos são utilizados na fabricação de tecido, um insumo

**importante** para milhares de confecções. Procurada, a Vicunha não deu entrevista.

No setor químico, praticamente todas as multinacionais são protegidas por tarifas antidumping. Boa parte das sobretaxas foi aplicada para produtos específicos em que apenas uma empresa é a única fabricante no País ou detém a maior parte da produção nacional. A reportagem encontrou medidas que beneficiam Bayer, Monsanto, Basf, Rhodia e Lanxess.

20 anos. A resina de policloreto de vinila (PVC), usada na **produção** de tubos, embalagens e cabos, é um caso extremo. Segundo consumidores de PVC, as importações estão sujeitas a tarifas antidumping há mais de 20 anos. Empresas do México, EUA, China e Coreia do Sul pagam sobretaxas que variam de 2,7% a 21,5% para vender no Brasil.

A principal fabricante de PVC do País é a Braskem, controlada por Odebrecht e Petrobrás. Conforme a assessoria de imprensa da Braskem, a crise provocou um excedente de 4 milhões de toneladas de **produção** de PVC nos EUA - quatro vezes mais do que o consumo brasileiro. Segundo a empresa, a tonelada de PVC é vendida por US\$ 1,2 mil nos Estados Unidos, mas **exportada** por esse país a US\$ 850.

De acordo com José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), os três principais insumos do setor (PVC, polipropileno e polietileno) estão sujeitos a medidas de defesa comercial. "Nossos concorrentes no exterior compram insumos 40% mais baratos. Isso está matando as empresas da cadeia", diz Roriz, referindo-se a fabricantes de frascos, cosméticos, embalagens e autopeças.

Para Denise Naranjo, diretora de **comércio** exterior da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), as medidas anti-dumping são legítimas, porque corrigem uma "anomalia". "Sem isso, inviabiliza a **produção** local." Denise ressaltou ainda que as investigações seguem as normas da Organização Mundial de **Comércio** (OMC).

O antidumping, que protege contra a **exportação** abaixo do preço praticado no país de origem, é o instrumento

de defesa comercial mais usado pelo Brasil. Segundo Leani Nadim, professora da PUC, é **importante** utilizar a defesa comercial para combater práticas desleais, mas faltam critérios para evitar que prejudique a competitividade do País. Ela explica que basta provar o preço abaixo do normal e o dano à indústria doméstica para conseguir o antidumping. As regras não consideram se a beneficiada é monopolista e permitem que as medidas sejam prolongadas indefinidamente, sem avaliar o impacto nos preços.

Desde o início do governo Dilma, o **Brasil** se tornou um dos países mais ativos do mundo na aplicação de medidas antidumping. Conforme o último relatório da Organização Mundial do **Comércio** (OMC), o País iniciou 27 das 77 investigações abertas pelos países do G-20 entre maio e setembro do ano passado.

Brasil aplica mais antidumping contra os Estados Unidos

As tarifas antidumping sempre foram motivo de desentendimentos entre **Brasil** e Estados Unidos, Mas, recentemente, os dois países trocaram de papel. Em vez de reclamar das sobretaxas dos americanos, os brasileiros agora têm de se explicar.

Segundo levantamento feito por Diego Bonomo, diretor sênior da Câmara de **Comércio** dos Estados Unidos, em Washington, o **Brasil** tem hoje 12 medidas antidumping aplicadas contra os EUA, enquanto os americanos impõem 8 sobretaxas contra os produtos brasileiros.

É a primeira vez que ocorre essa inversão. Em 2006, os EUA aplicaram 15 tarifas antidumping contra o Brasil, mas sofreram apenas 4 barreiras.



VEÍCULO  
O GLOBO

EDITORIA

TÍTULO

**Maquiagem de R\$ 200 bi garantiu meta do governo**

ORIGEM  
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE  
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO  
NACIONAL

**Sem artifício usado com bancos públicos, despesas iriam a R\$ 1 trilhão em 2012**

**Especialistas criticam a "contabilidade criativa" usada nas contas públicas para atingir o superávit fiscal de 3,1% do PIB. Injeção de recursos no BNDES criou subsídio de R\$ 15 bilhões.**

**Maquiagem de R\$ 200 bilhões para alcançar meta fiscal preocupa mercado e investidores**

BRASÍLIA Se o **Brasil** está muito longe do abismo fiscal que os EUA chegaram a ver de perto, algumas fissuras começam a surgir. Malabarismos contábeis e os novos rumos das contas públicas despertam desconfiança e já preocupam o **mercado** financeiro e investidores. Para analistas ouvidos pelo GLOBO, o governo vem criando mecanismos perigosos para estimular o crescimento econômico com impacto **importante** nos cofres públicos. As despesas primárias (que não consideram gastos com juros) flertam com a cifra inédita do trilhão. Segundo o especialista em contas públicas do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) Mansueto Almeida, sem os artifícios contábeis, essas despesas, que devem fechar 2012 próximas de R\$ 800 bilhões, já poderiam ter batido R\$ 1 trilhão. Ou seja, cerca de R\$ 200 bilhões mais altas.

Mesmo assim, o Executivo ainda precisou lançar mão do abatimento de R\$ 25 bilhões a que tem direito com gastos em investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para poder cumprir a meta de superávit primário (economia feita pelo governo para pagar juros) de 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**, conjunto de bens e serviços produzidos pelo país) prevista para 2012. A justificativa está no fato de o país ter tido um ano difícil, com frustração de arrecadação e sucessivas reduções de tributos para tentar arrefecer a economia em meio à crise internacional.

Para estimular o consumo e novos investimentos, em vez de aumentar o capital dos bancos públicos e das estatais, o governo preferiu emitir títulos públicos para reforçar o caixa dessas instituições. Com isso, esses recursos não são caracterizados como despesa primária, como aconteceria se tivesse simplesmente registrado as capitalizações pelas vias tradicionais. Mansueto destaca que a dívida dos bancos públicos federais com o Tesouro Nacional, que passa ao largo

do resultado das contas públicas, saltou de R\$ 10 bilhões em 2007 para nada menos que R\$ 400 bilhões em 2012.

- Isso significa que, se a metade desse valor tivesse sido usada para capitalizar esses bancos pelas vias tradicionais, as despesas já teriam chegado a R\$ 1 trilhão - explica o especialista.

#### **responsabilidade fiscal sob risco**

Outro mecanismo usado pelo governo, que compõe o arsenal que os especialistas vêm chamando de contabilidade criativa, é o uso dos lucros dos bancos públicos e os dividendos pagos pelas estatais para engordar o caixa do Tesouro Nacional. Se as capitalizações não são computadas como despesas, estas duas rubricas são registradas como receitas primárias. Ou seja, o governo empresta sem caracterizar despesas e recebe de volta como receita. Para fechar a conta ano passado, o governo chegou a antecipar o pagamento de dividendos do **BNDES** e da Caixa Econômica ao Tesouro Nacional.

As sucessivas injeções de recursos no **BNDES**, como a anunciada na semana passada, não contam como despesas. Porém, elas representam um subsídio implícito (a diferença dos juros de captação do banco e das taxas que empresta) de R\$ 15 bilhões só em 2012, o que tampouco é computado como gasto. O valor equivale ao orçamento de um ano do programa Bolsa Família, que atende 45 milhões de pessoas.

O governo enviou ao Congresso Nacional no último dia do ano passado um projeto que permite novos gastos com desonerações fiscais que não estão previstas no Orçamento, desde que as receitas públicas sejam maiores do que o esperado. Neste caso, elas não precisam ser submetidas aos parlamentares como seria de praxe. A medida é vista com desconfiança por analistas, que veem risco a um dos princípios fundamentais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O que mais preocupa estes especialistas é a falta de transparência do governo para lidar com as contas públicas. Para o especialista José Roberto Affonso, ao usar artifícios fiscais, o governo mina a credibilidade que levou anos para conquistar junto a **mercado** e investidores.

- Não está proibido na LRF reduzir a meta de superávit em períodos de crise, ou até mesmo, fazer um saldo negativo, o que seria mais do que justificável em anos de crise. O que não pode é tentar negar que está fazendo malabarismo fiscal quando todos estão vendo - disse Affonso.

- Trata-se de um expansionismo envergonhado, porque ninguém admite publicamente que está aumentando as despesas e que isso terá um impacto sobre o resto da economia num futuro não distante - acrescenta Felipe Salto, especialista em contas públicas da Tendências.

### **juros mais baixos e incentivos tributários**

De janeiro a novembro de 2012, o aumento das despesas primárias foi de R\$ 80 bilhões. Deste total, só R\$ 10 bilhões correspondem aos investimentos públicos, dos quais R\$ 5 bilhões são recursos do programa Minha Casa Minha Vida, que conta com dinheiro do FGTS do trabalhador. De 1999 a 2011, as despesas primárias saltaram de R\$ 337,9 bilhões para R\$ 724,4 bilhões.

Um técnico da equipe econômica diz que as críticas à política fiscal não consideram indicadores positivos da economia nem benefícios, como a queda dos juros básicos, incentivos fiscais ao setor produtivo e cortes nas tarifas de energia. Para ele, a queda de dívida líquida federal de 60%, na década de 80, para 45,5%, em 2007, e 35%, em 2012 é um sinal de bons resultados da política fiscal. Ele lembra que a credibilidade do país lá fora se comprova pelas menores taxas de captação registradas para os bônus de 2023 no mês passado no **mercado** internacional.

Para o professor Adolfo Sachsida, do Ipea, a fatura da folia fiscal virá em 2015. E com o Orçamento engessado, o governo poderá ter de usar expedientes que representam um retrocesso como, por exemplo, fazer o ajuste das contas públicas por meio de uma inflação mais alta.

### **Reforma agrária patina com Dilma**

Em seus dois primeiros anos no poder, a presidente Dilma Rousseff não chegou a assentar 43 mil famílias no campo, o pior desempenho das últimas gestões: nesse mesmo período de governo, FH assentou 105 mil famílias, e Lula, 117 mil.

### **Com Dilma, reforma agrária em queda**

Governo assentou 22 mil famílias em 2011, pior marca desde FH; MST enfrenta dificuldade de mobilização

SÃO PAULO Com menos de 44 mil famílias assentadas em dois anos, o governo Dilma Rousseff marca forte descenso no programa de reforma agrária. Em 2011, foram assentadas 22 mil famílias, a pior marca desde o governo Fernando Henrique. O Incra não divulga dados de 2012, mas reduziu a meta de 35 mil para 22 mil famílias a serem atendidas, apesar da demanda ser de, pelo menos, um milhão de famílias.

Segundo o Incra, nos dois primeiros anos de governo, Fernando Henrique assentou 105 mil famílias. Já o ex-presidente Lula, 117,5 mil no mesmo período de gestão. No momento de maior crise política, entre o escândalo do mensalão, em 2005, e a campanha de 2006, **Lula** deu mais peso aos apelos dos movimentos sociais, assentando 263,8 mil famílias. Já o ponto mais alto de Fernando Henrique na reforma agrária foi no ano de sua reeleição, 1998, com 101 mil famílias assentadas.

O principal movimento social camponês do país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), também tem diminuído sua atuação. Entre os fatores da desmotivação no campo estão o crescimento econômico, os programas sociais e a melhoria dos salários e condições de vida na área urbana. Apesar da dificuldade de mobilização, um dos líderes do MST, Gilmar Mauro, afirmou que este ano o "caldo tende a engrossar" com mais ocupações e acampamentos.

O país conta hoje com 1,23 milhão de famílias assentadas; e a demanda, segundo os estudos mais otimistas, é por no mínimo mais um milhão de unidades agrárias familiares. Segundo o geógrafo Bernardo Mançano, coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária (Nera), da Unesp, a demanda por terra varia entre 1 milhão e 7 milhões de famílias. Ele vê um risco de desassentamento no país.

- Sem políticas de atendimento às famílias, o **Brasil** pode viver um processo de desassentamento, com as pessoas deixando a terra - diz Mançano.

Para Mançano, a reforma agrária só ganha espaço se houver pressão pública. Ele lembra que, em 2005 e 2006, o MST se mobilizou e, como estava frágil, o governo **Lula** se mexeu.

- No Brasil, a reforma agrária só andou sob pressão. Se analisarmos a evolução dos assentamentos, os picos coincidem com os momentos de maior mobilização. Houve uma perda do poder de pressão do MST por vários motivos, como

aquecimento da economia, renda maior nas cidades e programas sociais. A capacidade de mobilização do MST está cada vez mais limitada- explica o coordenador do Nera.

Mançano afirma que, diferentemente de Lula, Dilma não tem ligação histórica com o MST e os movimentos agrários, e o MST perde espaço de diálogo com o governo.

- Dilma é diferente de Lula. Ela não tem essa dívida com os movimentos no campo. Se não conseguirem fazer uma mobilização forte, este ano esse número de famílias assentadas vai cair para cinco mil - diz o pesquisador.

Para Mançano, a luta no campo ganhou diferentes contornos nos últimos anos. Sairam os latifundiários, entrou o agronegócio. Diminuiu a pistolagem, entrou em campo a "judicialização". Segundo o pesquisador, os recursos dos sem-terra para combater no campo do Judiciário são muito limitados:

- A violência no campo vem caindo. A questão, hoje, é mais judicial. O maior problema é que as famílias assentadas estão acuadas pelo agronegócio e não há políticas públicas. Se continuar nesse ritmo, não é que vai cair o número de famílias assentadas. Vai acontecer é desassentamento.

O Incra não forneceu dados de 2012, mas informou que houve redução na meta, de 35 mil para 22 mil famílias assentadas. Segundo Gilmar Mauro, coordenador nacional do MST, o número de assentamentos em 2012 não atingiu 10 mil famílias, ou seja, menos da metade da meta.

-Nossa avaliação, e do movimento sem-terra em geral, é que o governo Dilma tirou da pauta a reforma agrária- analisa Gilmar Mauro. - Em termos de média, a de Fernando Henrique foi 45 mil assentados por ano, a de Lula, 60 mil, 65 mil. E a de Dilma está em 20 mil.

Gilmar Mauro admitiu que existe uma dificuldade de mobilização dos trabalhadores sem-terra. Mas afirma que há 85 mil famílias acampadas no país. No governo Fernando Henrique, o número era de 90 mil, segundo o MST.

- No primeiro ano do governo Lula esse número saltou para 130 mil porque havia expectativa de que o governo Lula pudesse fazer a reforma agrária. Foi se estabilizando e atinge hoje patamar de 85 mil famílias, que não é insignificante. Os programas sociais e a possibilidade de emprego, evidentemente, colocam algumas famílias, que poderiam ser potenciais lutadores da reforma agrária, na condição de terem algum trabalho e irem sobrevivendo, mas isso não significa que a demanda por reforma agrária esteja acabada - disse Mauro.

O MST está organizando um calendário com ocupações, manifestações de rua e um acampamento em Brasília. Um dos focos de crítica, além do governo, é o Poder Judiciário, já que a posse de terra de dois assentamentos em São Paulo está sub judice, com risco de revisão da desapropriação feita pelo governo e de desassentamento das famílias.

- O Judiciário brasileiro está colocando um freio grave à reforma agrária. E o governo não está desapropriando, então a reforma agrária enfrenta uma das piores situações no país. Estamos numa grande jornada de lutas, com outros movimentos do campo porque todos estão com o mesmo diagnóstico. O caldo tende a engrossar no próximo período - conclui Mauro.